



Espaço Alternativo

MÍDIA ODIOSA, ALIENAÇÃO POLÍTICA E ESTRUTURA AUTORITÁRIA DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Emerson Ike Coan¹

RESUMO: A pesquisa pretende compreender a espetacularização do ódio político na sociedade brasileira atual. A partir da teoria do antissemitismo formulada por Adorno e Horkheimer, o estudo destacará suas teses para discutir a postura odiosa adotada por parte da mídia em relação à instituição de uma sociedade democrática no Brasil. Tal discussão, por estar inserida na contemporaneidade da crítica da sociedade do espetáculo elaborada por Guy Debord, implicará versar sobre a perda do controle da política pelos cidadãos e pelos movimentos sociais, como crítica da alienação política no contexto do neoliberalismo. As dificuldades específicas que a sociedade brasileira coloca para a instituição de uma sociedade democrática e para a crítica da alienação política serão consideradas, de acordo com Marilena Chauí, em relação ao mito da não violência e ao autoritarismo social.

PALAVRAS-CHAVE: *Antissemitismo. Autoritarismo brasileiro. Ódio político. Sociedade do espetáculo. Teoria crítica.*

ABSTRACT: The research aims to understand the spectacularization of political hatred in contemporary's Brazilian society. Based on the theory of Antisemitism formulated by Adorno and Horkheimer, the study will highlight its theses to discuss the odious stance adopted by part of the media towards the institution of a democratic society in Brazil. Such discussion, for being inserted in contemporary criticism on the society of the spectacle, as elaborated by Guy Debord, implies an analysis about the political loss of control by citizens and social movements, as a critique of political alienation in the context of neoliberalism. The specific difficulties that Brazilian society poses for the institution of a democratic society and for the critique of political alienation will be considered, according to Marilena Chauí, in relation to the myth of non-violence and to social authoritarianism.

KEYWORDS: *Antisemitism. Brazilian authoritarianism. Political hatred. Spectacle society. Critical theory.*

¹ Mestre em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero (FCL), na qual é pesquisador no Grupo de Pesquisa (CNPq) Comunicação e Sociedade do Espectáculo. Mestre em Filosofia e Teoria Geral do Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). emersonike@hotmail.com

Introdução

*Pai nosso que não estais aqui
Sacrificado é o vosso povo...
o pão nosso de cada dia...
o trabalho nosso de cada dia
venham a nós, voltem a nós...
Não nos deixei cair em lamentações
Mas livrai-nos desse vazio
(Oração – M. Nascimento/F. Brant)*

Assiste-se à formação de um “consenso” reacionário por uma parte da sociedade que se dirige com ódio contra outra, dita “petista”, a partir de estereótipos produzidos por setores do poder junto com a grande mídia. Há uma postura de “nós contra eles”. Esta sempre atenta contra a instituição de uma sociedade democrática no Brasil.

A pesquisa usará o método dialético da teoria crítica, pelo qual qualquer investigação da realidade social tem em conta a compreensão da dinâmica histórica da sociedade capitalista.

Adorno e Horkheimer sustentaram que o antissemitismo ia além da especificidade da vítima e fixaram teses para uma teoria do preconceito, coligada à dialética do esclarecimento e à crítica da indústria cultural. O importante para eles passou a ser a compleição psíquica do odioso conforme um pensamento por estereótipos.

Liga-se à crítica da sociedade do espetáculo de Guy Debord. O sujeito não vive suas próprias experiências; vive os estereótipos produzidos por outrem – profissionais da publicidade, da propaganda política, do entretenimento e da formação de opinião pública.

Tal implicará versar sobre a perda do controle da política pelos cidadãos e pelos movimentos sociais, como crítica da alienação política no contexto do neoliberalismo.

As características específicas da sociedade brasileira serão vistas em relação ao mito da não violência e ao autoritarismo social, de acordo com Marilena Chauí.

A teoria do preconceito de Adorno e Horkheimer

Adorno e Horkheimer sustentaram já nos anos 1940 que o antissemitismo ia além dos judeus e fixaram teses para uma teoria do preconceito². O importante para eles passou a ser a compleição psíquica do odioso conforme um pensamento por estereótipos.

A interferência na esfera psíquica das pessoas, com o objetivo de desindividualizá-las ao máximo, ocorre basicamente pela exploração de dois comportamentos normais no ser humano: o mimético e o projetivo. As teses daí decorrentes são as de que, no preconceito, ocorrem a falsa mimese e a falsa projeção.

Na sociedade de capitalismo tardio impõe-se que, além do domínio externo da natureza, para o dito progresso material, o sujeito deve ter o domínio de sua natureza interna – de seus comportamentos impulsivos, seus sentimentos, pensamentos mais íntimos, para o dito progresso moral.

O centro da dialética do esclarecimento é que nela há primazia do objeto. A razão esclarecida contenta-se com o domínio sobre o objeto. O poder que ela confere ao sujeito consiste na faculdade de definir o objeto e manter-se a prudente distância dele, sem envolvimento, sem o movimento da reflexão que envolve sujeito e objeto num processo solidário. O sujeito desatado do compromisso racional com a reflexão só pode ver no objeto a coisa estranha, o outro absoluto, simultaneamente ameaça e presa, o que sinaliza o limite da razão esclarecida. Há uma raiva feroz pela diferença.

“A mera existência do outro é motivo de irritação” (Adorno e Horkheimer, 1985: 151).

A mimese equivale ao mecanismo de se fazer igual ao meio ambiente como uma forma de defesa do inimigo natural, a exemplo do que os insetos verdes conseguem ao se confundir com a folhagem da mesma cor. Os autores pautaram-se por um aspecto mais orgânico, associado ao conceito biológico de mimetismo. No âmbito humano, ela diz respeito à tendência natural do homem à imitação em seu aprendizado a respeito do mundo exterior. Há sempre o perigo de uma regressão a estágios anteriores da natureza

² Eles acabaram por identificar traços de todo e qualquer autoritarismo, em posições políticas pretensamente progressistas, inclusive.

acompanhada da desvirtuação do comportamento mimético com fins ideológicos: a falsa mimese ou mimese da mimese.

Se é biológico imitar a natureza, todo comportamento acaba sendo compreendido como mimético. O sistema de dominação impede a integração do sujeito à natureza ambiente e imprime estereótipos para condutas imitativas padronizadas orientando ideologicamente sua percepção sensível.

Os homens só percebem os seus traços miméticos falsos, seu comportamento automatizado quando veem esses traços no outro. A imitação é transmitida, inconscientemente, de geração em geração e o que se perde na dominação são as características mais humanas que acabam sendo tomadas como estranhas.

Uma pedagogia que desacostuma as crianças de serem infantis — é a própria condição da civilização. A educação social e individual reforça nos homens seu comportamento objetivo enquanto trabalhadores e impede-os de se perderem nas flutuações da natureza ambiente. Toda diversão, todo abandono tem algo de mimetismo. Foi se enrijecendo contra isso que o ego se forjou (id., ibid.: 149).

Há uma idiosincrasia generalizada: a repugnância compulsiva dos preconceituosos pelo resíduo de natureza não domada pelo processo civilizacional. Há um recalde individual e social das tendências miméticas que ligam o homem ao animal, ao barro, à sujeira, à gratuidade e ao desperdício erótico e lúdico, pois contrariam as bases de sustentação de uma identidade clara, bem definida, funcional, uma identidade que aprendeu a se dobrar às imposições do trabalho e da eficiência da produção capitalista.

Os estudos sobre o preconceito se ampliaram, uma vez que a abordagem dos autores remete suas causas a uma dinâmica emocional relacionada com os agentes do ódio, e não com suas vítimas.

O comportamento projetivo contrariamente à mimese quer tornar o meio circundante igual a si; é uma contrapartida subjetiva em todo conhecimento do mundo exterior. Já não se trata de imitação, pela qual o sujeito devolve ao objeto aquilo que dele recebeu, mas de projeção, pela qual o sujeito deve devolver ao objeto mais do que dele recebeu. “Quando o entrelaçamento é rompido, o ego se petrifica” (id., ibid.: 156).

Também a projeção pode sofrer um desvirtuamento cultural que se manifesta nas formas mais doentias do preconceito e da discriminação: a falsa projeção.

O conhecimento da realidade fica então totalmente comprometido, pois o sujeito desindividualizado – sem interioridade – não tem o que devolver à realidade, quando dela recebe dados sensoriais, o que abre caminho para a adesão obsessiva a posições percebidas como a verdade última das coisas, a qual exclui principalmente a existência de pontos de vista diferentes. O efeito concreto da falsa projeção é a semicultura: o saber limitado tomado como verdade pelo sujeito, o qual não é mais capaz de ter experiência.

O preconceito baseia-se numa falsa projeção. Alguns “lutam contra a natureza fora deles, em vez de dentro deles” (Horkheimer, 2015: 135). Os impulsos que o sujeito não admite como seus e que, no entanto, lhe pertencem são atribuídos à vítima em potencial (Adorno e Horkheimer, 1985: 154). As vítimas – qualquer grupo humano perseguido – “são intercambiáveis segundo a conjuntura” (id., ibid.: 142).

O contato com as diferenças étnicas, raciais, nacionais, econômica, política, comportamental, sexual etc., mobiliza conteúdos internos reprimidos, em grande parte inconscientes e, logo, desconhecidos ao próprio sujeito. Esses conteúdos, em virtude de sua condição ameaçadora, são racionalizados e projetados nas vítimas do preconceito, que então passam a ser consideradas sujas, vagabundas, promíscuas, inferiores etc.

O paranoico não é o comportamento projetivo enquanto tal, mas a ausência da reflexão que o caracteriza. O sujeito perde a reflexão nas duas direções: como não reflete mais o objeto, ele não reflete mais sobre si e perde assim a capacidade de diferenciar. O paranoico cria o mundo todo segundo sua imagem. “Ele não parece precisar de ninguém e, no entanto, exige que todos se ponham a seu serviço” (id., ibid.: 157).

“A paranoia é a sombra do conhecimento” (id., ibid.: 161), na medida em que todo ato cognitivo carrega a marca da projeção que, se não é refletida, corre o risco de absolutizar-se, de se transformar em delírio paranoico. O eu que projeta compulsivamente não pode projetar senão a própria infelicidade, cujos motivos se

encontram dentro dele mesmo, mas dos quais se encontra separado em sua falta de reflexão.

“Ao invés de ouvir a voz da consciência moral, ele ouve vozes” (id., ibid.: 156).

Na postura fascista/odiosa acontece algo como uma paranoia coletiva, pela qual os indivíduos ligam-se em comunidades de aliança voltadas para a propagação do terror aos membros de fora do grupo. O vazio de interioridade do sujeito é tanto que ele “vê” os objetos do mundo exterior a partir daquilo que o comando – líder/autoridade /poder – determina, de modo que a pessoa-objeto de sua hostilidade é percebida de fato como “um animal, cujo sacrifício não traria tanto prejuízo ao mundo” (Duarte, 2003: 74).

O ser humano é descartável como uma mercadoria.

Tal qual na indústria cultural, o antissemitismo tem sua razão de ser exatamente na expropriação das instâncias internas de decisão e mesmo de percepção da realidade que caracterizaram o sujeito autônomo antes do capitalismo monopolista. Neste, não predominando a concorrência, desaparece o incentivo de autodeterminação do sujeito. A produção material e simbólica passa a ser organizada em grandes conglomerados empresariais. De mídia, em particular, cuja verdadeira função é manter em circulação os estereótipos dos quais se alimentam intelectualmente os indivíduos, a partir de um número incalculável de reminiscências de artigos de jornal e comentários difundidos pelo rádio, pela televisão e hoje pela internet.

125

A dialética e os limites do esclarecimento observados nos fenômenos políticos atinentes ao totalitarismo são também os observados nos fenômenos culturais condizentes à indústria cultural. Esta e o totalitarismo são “os dois lados da moeda do capitalismo tardio” (Duarte, 1997: 59).

A tese da mentalidade “ticket” indica a transposição dos comportamentos falsamente mimético e projetivo para o âmbito da política nas democracias burguesas, ao assinalar o perigo de sua degeneração em ditaduras fascistas, exatamente como aconteceu na República de Weimar, na qual Hitler chegou ao poder pelo voto direto e supostamente democrático dos cidadãos. Para os autores, a eleição a partir de listas prontas de candidatos – “tickets”, sobre a composição das quais o eleitor não deve refletir, foi a causa imediata da eleição dos nazistas.

Ao dizer “sim” a qualquer um dos pontos desse “ticket”, o indivíduo adere imediatamente, sem reflexão a todos os outros. Não importa mais tanto a convicção ideológica daquele que adere ao totalitarismo, sua adesão se faz agora por um mecanismo de submissão às tendências sociais dominantes.

É a estereotipia absoluta: o pensar conforme padrões fixos previamente dados para qualificar pessoas e coisas; ideias preconcebidas, rígidas e supergeneralizadas; mundo binário do sim ou do não, do eu ou do outro, do bom ou do mau, do amigo ou do inimigo; do freudiano “in-group” – dentro – amado, quem é como a pessoa contra o “out-group” – fora – rejeitado/odiado, quem é diferente da pessoa (Adorno, 2015b: 174).

Não importa tanto a existência de um contato ou não do odioso com o objeto de ódio, já que aquele não se deixa permear pela experiência.

Quando as massas aceitam o “ticket” reacionário contendo o elemento antissemita, elas obedecem a mecanismos sociais nos quais as experiências de cada um com os judeus não têm a menor importância (Adorno e Horkheimer, 1985: 165).

126

A experiência cede lugar ao estereótipo.

O geral se impõe; o particular desaparece. A identidade do universal e do particular é falsa. Não se trata de uma verdadeira escolha, conforme uma realidade construída a partir do ponto de vista pessoal do indivíduo, mas um imperativo da sobrevivência, guiada por critérios semelhantes aos da escolha de um produto para consumo. A adesão ao discurso totalitário pelo eleitor desatento e a aquisição de bens sem qualquer serventia pelo consumidor distraído se dão em razão do estereótipo: o que importa é apenas se sentir em conexão com o “status quo”.

Os estereótipos produtores de estranheza social indicam igualmente a necessidade de aliviar a carga emocional resultante da repressão de traços de fragilidade e insegurança.

É a lógica da indústria cultural: “No mundo da produção em série, a estereotipia – que é seu esquema – substitui o trabalho categorial. O juízo não se apoia mais numa síntese efetivamente realizada, mas numa cega subsunção” (id., ibid.: 166). É o

esquematismo da sociedade administrada: estereotipação: desconsideração do sujeito e controle social.

Adorno realizou também pesquisas empíricas nos EUA e defendeu a existência de uma nova forma de configuração dos indivíduos, expressada por atitudes e comportamentos individuais padronizados e por um ego frágil, facilmente cooptado por movimentos sociais totalitários. A Psicologia Social por ele formulada deve estudar esse objeto para que, com o esclarecimento produzido e difundido, os indivíduos possam resistir à adesão cega a movimentos sociais irracionais, tal como o fascismo, insistindo que a determinação desses movimentos não é individual, mas social (Adorno, 2015³: 71-135). Nos estudos sobre a personalidade autoritária, a escala F foi empregada para a configuração da estrutura psicológica do sujeito fascista. Nove traços constituem o seu perfil, cuja dinâmica dessa estrutura sofre variações de sujeito para sujeito: o convencionalismo; a submissão autoritária; a agressividade autoritária – conjugados esses dois traços: o sujeito se submete incondicionalmente à autoridade (masoquismo) e descarrega a agressividade nos grupos de contraidentificação (sadismo); a antiintracepção (dificuldade do sujeito entrar em contato com a sua vida psicológica e desvalorizar sentimentos, emoções, ternura, sensibilidade, como se fosse, por isso, muito racional); a superstição e a estereotipia; a valorização do poder e da dureza (quem é duro consigo mesmo, também o é com os demais); a destrutividade (visão catastrófica do mundo) e o cinismo; a projetividade (é resultado de pulsões proibidas e negadas pelo sujeito que, no entanto, são exteriorizadas pela atribuição a outrem); a preocupação com o comportamento sexual das pessoas – decorre tanto do sadomasoquismo como da projetividade, como se os outros realizassem as “sujeiras” que gostaria mas está impedido de realizar (Adorno, 2009: 196 – trad. livre).

127

A mentalidade “ticket” representa um estádio em que não resta ao que sobrou do indivíduo mais do que uma aparência de escolha ou uma escolha entre totalidades. Do fetichismo da mercadoria de Marx³ sobressai a reificação⁴.

³ Cuida-se não da forma da mercadoria, a coisa em si mesma/objeto, mas da “forma-mercadoria”: uma forma de relação social definida que, estabelecida entre homens, passa a uma “forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (Marx, 1975: 81).

⁴ Para Lukács a reificação é a plenificação da troca das mercadorias, de modo que não há nenhuma forma natural de relação humana, tampouco alguma possibilidade para o homem fazer valer suas “propriedades”

“Não é só o ‘ticket’ antissemita que é antissemita, mas a mentalidade do ‘ticket’ em geral” (id., ibid.: 171).

O que se extrai de mais radical nessas teses é a constatação da profundidade da alienação – a perda de controle sobre a vida social pelos que a produzem. Ela já não atinge apenas o relacionamento do homem com as coisas, mas ataca também o cerne das relações humanas, com implicação severa ainda na relação do sujeito consigo mesmo.

Toda vítima efetiva ou em potencial de preconceito é um ser humano. A postura crítica é a de indignação e a de denúncia de qualquer prática discriminatória com o intuito de transformar as condições de existência da sociedade, para que ela deixe de ser preconceituosa e passe a ser mais humana.

Crítica da sociedade do espetáculo e da alienação política no contexto do neoliberalismo

128

A produção de estereótipos é base da sociedade do espetáculo.

“Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação” (Debord, 1997: 13).

O sujeito não vive suas próprias experiências; perde a capacidade de produzir sua própria representação da realidade, substituída pelas imagens espetaculares produzidas por outrem – profissionais da publicidade, da propaganda política, do entretenimento e da formação de opinião pública. Não é possível ver nitidamente os contornos e os limites da indústria que fabrica as imagens que organizam a vida contemporânea.

O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma “relação social entre pessoas, mediada pelas imagens” (id., ibid.: 14), que possuem qualidade de fetiche e sintetizam o modo contemporâneo de alienação.

físicas e psicológicas que não se submetam, numa proporção crescente, ao que ele chama de “objetivação fantasmática” (Lukács, 2003: 222-223).

O sujeito dominado pelas imagens espetaculares já não se apoia sobre sua faculdade de julgamento (pensamento), resolução (agir conforme o desejo) e senso moral; não consegue sustentar-se sobre os laços que o liga a uma comunidade com base em experiências compartilhadas (Kehl, 2004: 52).

A alienação do espectador em favor do objeto contemplado (o que resulta de sua própria atividade inconsciente) se expressa assim: quanto mais ele contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende sua própria existência e seu próprio desejo. Em relação ao homem que age, a exterioridade do espetáculo aparece no fato de seus próprios gestos já não serem seus, mas de um outro que os representa por ele (Debord, 1997: 24).

A crítica da sociedade do espetáculo é o questionamento da forma contemporânea assumida pelo processo de alienação inerente ao capitalismo, quando as representações se descolam da realidade, passando a ter autonomia (Coelho, 2014: 35). A crítica do espetáculo é a crítica do processo de separação entre a realidade e a representação imagética da realidade.

Há uma confusão entre a imagem da sociedade capitalista produzida pelo espetáculo e a realidade desta sociedade. Debord segue a tradição marxista segundo a qual a ideologia é um processo de falsificação da consciência – de que os homens são produtores da sociedade; de que a consciência é adquirida da práxis humana, e não antes desta: “Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência” (Marx e Engels, 2009: 32).

Tradição também seguida por Adorno e Horkheimer, quando ocorre um esvaziamento da dimensão lógico-argumentativa da ideologia, como ao tempo de Marx, em que ela era produzida em regra pelos construtores de sistemas de pensamento e de filosofias, pois o capitalismo passa a se servir da sua capacidade de divulgar pelos meios de comunicação, transformados em conglomerados empresariais, a produção e o consumo de mercadorias em larga escala, para justificar a sua própria existência como sociedade. Constata-se que a ideologia produzida pela indústria cultural é a de que o capitalismo é a realidade, e a única realidade possível é o capitalismo.

Debord mostra que na sociedade capitalista a produção e o consumo de mercadorias passam a ser inseparáveis do processo de produção e consumo de imagens:

as imagens se transformaram em mercadorias ou existem para incentivar o consumo de mercadorias.

Cláudio Coelho conclui que o conceito de ideologia de Debord e o de Adorno e Horkheimer possuem o mesmo conteúdo. Sustenta que se os alemães desenvolveram o conceito de indústria cultural para a compreensão do processo de mercantilização da sociedade capitalista, que alcançou a produção cultural com o desenvolvimento de técnicas de reprodução em larga escala sob o controle de grandes conglomerados comunicacionais, Debord desenvolveu o conceito de sociedade do espetáculo para a compreensão do processo de articulação entre o acúmulo de capital, por intermédio da produção e do consumo de mercadorias em larga escala, e o acúmulo de espetáculo, por intermédio da produção e do consumo de imagens em larga escala.

Os conceitos procuram compreender, portanto, a mesma realidade. No entanto, Debord particulariza, dentro dos processos comunicacionais, o papel desempenhado pelas imagens e explicita que está procurando compreender uma nova fase da sociedade capitalista (Coelho, 2014: 58).

Se para os alemães ocorre uma ideologização do real, de modo que a própria realidade do capitalismo, em especial a produção e o consumo de mercadorias, é apresentada como a justificativa para a existência do capitalismo, para Debord, na fase contemporânea do capitalismo, a ideologia está materializada: “conseguiu recortar todo o real de acordo com seu modelo” (Debord, 1997: 137).

Quanto à produção de imagens pelo poder, em 1967, ele argumentava a existência de duas formas de dominação: a difusa e a concentrada (id., *ibid.*: 43-44).

Uma se refere ao poder não perturbado do capitalismo moderno, em razão da americanização do mundo nas democracias ditas burguesas. Nota-se que, se o conceito de indústria cultural questiona o poder exercido pelos grandes conglomerados empresariais, o conceito de poder espetacular difuso formulado por ele questiona este mesmo poder.

A outra se caracteriza pela produção de imagens para justificar o poder exercido por um dirigente estatal ou líder da nação e é acompanhada de violência permanente, de modo que onde essa forma de poder domina a polícia também domina. É o tipo de

poder existente em sociedades onde Debord denominou como capitalismo burocrático, quer seja em sociedades capitalistas subdesenvolvidas (o Brasil durante a ditadura militar), quer em países ditos socialistas (a antiga União Soviética) ou durante o nazifascismo (a Alemanha Nazista).

Nos anos 1980, sustentou a existência do poder espetacular integrado (id., *ibid.*: 169 e ss.). Baseia-se na vitória generalizada do difuso/capital, porém, sem abandonar as técnicas autoritárias/violência/ódio desenvolvidas pelo concentrado, agora em “regimes democráticos”, em que são visíveis cinco características: renovação tecnológica; fusão econômico(empresas)-estatal; segredo generalizado; mentira sem contestação e presente perpétuo. Os três últimos aspectos são efeitos diretos do segundo registro, base de existência do poder espetacular integrado.

Corresponde ao triunfo do neoliberalismo em escala mundial e aqui no Brasil.

Seu discurso sustenta: a desregulamentação dos direitos trabalhistas, como solução para a competitividade das empresas privadas e para os avanços tecnológicos; que os sindicatos e o movimento operário, com suas reivindicações sobre salários e direitos sociais, prejudicam as bases de acumulação capitalista; o Estado que não interfere no mercado, a derrubada de fronteiras comerciais, a livre circulação do capital e o fortalecimento de conglomerados transnacionais articulados a organismos financeiros, com enfraquecimento da indústria nacional, do pequeno e médio empresário.

Nesta fase pós-industrial/pós-fordista – quando o monetarismo superou a indústria, dá-se: uma fragmentação e uma dispersão da produção econômica, incidindo diretamente sobre a classe trabalhadora, que perde seus referenciais de identidade, de organização e de luta; uma rotatividade extrema da mão de obra; e uma obsolescência vertiginosa das qualificações para o trabalho em decorrência do surgimento incessante de novas tecnologias.

Há privatizações das empresas estatais, corte dos gastos públicos sociais (distanciamento do Estado de Bem-Estar Social) e aumento de desemprego, que passa a ser estrutural.

A hegemonia⁵ de sua ideologia ocorre em razão de um “consenso” pela adesão a certos valores seus ainda que nem sempre defendidos diretamente: o individualismo – ao se querer tirar vantagem em tudo; o privatismo – à convicção de que o Estado é mau gestor e tudo deve ser deixado ao livre jogo do mercado; a naturalização das relações sociais – o capitalismo pode até ter seus lados ruins, mas corresponde à “natureza humana” etc.

E se há uma assimilação social de seus valores⁶ “é porque as classes dominadas, os trabalhadores de modo geral, assimilam a materialização da ideologia promovida pela sociedade do espetáculo” (Coelho, 2014: 118).

Na medida em que esses valores se universalizam, transformando-se em “senso comum”⁷, transfere-se para as classes dominantes uma poderosa ferramenta de controle político e social. A classe dominante consegue legitimar a sua ideologia, porque detém a posse do Estado e dos principais instrumentos hegemônicos – organização escolar, mídia, e possui o poder econômico, ao controlar a produção e a distribuição dos bens econômicos e organizar e distribuir as ideias. A ideologia ganha materialidade: a classe dominante reatualiza a sua estrutura ideológica a fim de defender e manter certo tipo de “consenso” dos aparelhos de hegemonia em relação aos seus projetos, legitimados por via aparentemente democrática. Há uma transformação da objetividade burguesa em subjetividade e sua naturalização na sociedade.

Aquilo que Gramsci denomina “senso comum” (definido como “o sentido sustentado em comum”) tipicamente fundamenta o consentimento. O senso comum é construído com base em práticas de longa data de socialização cultural que costumam fincar profundas raízes em tradições nacionais ou regionais. Não é o mesmo que bom senso, que pode ser construído a partir de engajamento crítico com as

⁵ É a amplitude ideológica da dominação que se consolida no “consenso” entre as classes, de modo que as dominadas passam a pensar conforme os valores das dominantes. Vários elementos de força da sociedade civil concorrem a isso: a religião, os valores morais, a cultura, os meios de comunicação (Gramsci, 2016: 96).

⁶ Se Debord, em 1988, coloca que no poder espetacular integrado não há uma ideologia clara, de todo modo persiste a noção de ideologia materializada, formulada em 1967, precisando ser complementada pela concepção de hegemonia de Gramsci (Coelho, 2014: 118).

⁷ É uma visão de mundo absorvida acriticamente pelos vários ambientes sociais e culturais nos quais se desenvolve a individualidade moral do homem médio (Gramsci, 2015: 114). Pode se afirmar que em Gramsci o “senso comum” corresponde a estereótipos, na medida em que diz respeito à formação da opinião média de uma determinada sociedade a partir de “lugares comuns” ou, no fundo, de acordo com “a concepção da vida e do homem mais difundida” (Gramsci, 2001: 208-209).

questões do momento. Assim sendo, o senso comum pode ser profundamente enganoso, escamoteando ou obscurecendo problemas reais sob preconceitos culturais. Valores culturais e tradicionais (como a crença em Deus e no país ou concepções da posição das mulheres na sociedade) e temores (de comunistas, imigrantes, estrangeiros ou “outros” em geral) podem ser mobilizados para mascarar outras realidades. Podem-se invocar “slogans” políticos que mascarem estratégias específicas por trás de vagos artifícios retóricos (Harvey, 2014: 49 – destaques no original).

A sua ideologia avança na dissolução dos Estados nacionais pelo capital transnacional privatizante e a determinação de todas as esferas da vida pelas leis do mercado, de modo que dissolvem a separação entre o público e o privado, transformam o espaço público em imagem pública e o cidadão em consumidor de imagens, como efeito do marketing político.

Ela reforça a alienação política, ao esvaziar a capacidade de compreensão de quem exerce o poder, de que forma, e em nome de quais interesses. Com a política reduzida às eleições e à disputa em torno da imagem dos políticos, a dominação exercida pelo capital financeiro não é reconhecida e nem questionada.

133

A política é transformada em espetáculo.

A relação entre os eleitores e os partidos/candidatos tornou-se uma relação mediada pelas imagens. A negação da diferença, da alteridade, faz-se com a consagração do pensamento único: particularmente os candidatos a cargos majoritários mostram-se, com base em pesquisas de opinião, defensores das mesmas ideias – combate à violência, ao desemprego. A visibilidade dos candidatos/produtos prevalece sobre programas de governo com vistas a transformações sociais. A “diferença” entre os candidatos é da mesma natureza da entre os produtos: uma ilusão socialmente necessária para a manutenção da ideologia de que a sociedade capitalista de consumo é uma sociedade democrática, baseada na liberdade de escolha (Coelho, 2003: 21-22). É a mentalidade “ticket”, como visto.

O discurso espetacular, pelo ritmo em que as imagens são expostas, não deixa nenhum tempo para a reflexão; faz calar tudo o que não lhe convém; tudo o que mostra vem sempre isolado do ambiente, do passado, das intenções e das consequências.

O modelo de aceleração do tempo do mercado mundial entra em conflito com a temporalidade política das democracias que, desprovidas da experiência do passado e do futuro, estão desprovidas da possibilidade de construção de uma memória contestável. Ele confisca o espaço da experiência e o horizonte de expectativas, resumindo-se a um presente perpétuo. “O que põe em questão o próprio exercício democrático: a contemporaneidade transforma a capacidade humana de duvidar em simples falta de convicção” (Matos, 2009: 101).

O esquecimento do passado a partir de uma circulação incessante da informação como novidade dá ensejo ao esvaziamento do conhecimento histórico como esvaziamento do conhecimento em geral, “devido ao abandono da objetividade: é a noção de demonstração, de prova, que se perde” (Coelho, 2015: 81).

A ideologia assim aceita impede o confronto entre forças sociais organizadas e dotadas de projetos sociais contraditórios. Com a defesa da liberdade de atuação para os grandes conglomerados empresariais houve um retrocesso nas conquistas sociais dos trabalhadores e, portanto, houve um enfraquecimento dos sindicatos e dos movimentos sociais, assim como dos partidos de esquerda.

134

O fisiologismo tornou-se imperativo para obtenção de cargos e maior tempo na televisão, as massas devem participar da política por meio do sufrágio, mas não podem estar organizadas por meio de sindicatos ou partidos que ampliem e aprofundem o debate político, o qual ficou reduzido ao mero jogo institucional, dos meandros parlamentares – “pequena política”⁸, que promove ainda uma desideologização do discurso político-partidário.

O aspecto essencial da sociedade do espetáculo não é a perda do controle da política pelos políticos profissionais, mas a perda do controle da política, transformada em espetáculo, pelos cidadãos e pelos movimentos sociais.

⁸ A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política (política do dia a dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas). Portanto, é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política (Gramsci, 2016: 21-22).

Sociedade brasileira estruturalmente autoritária

As dificuldades específicas que a sociedade brasileira coloca para a instituição de uma sociedade democrática e para a crítica da alienação política tem relação com o mito da não violência e o autoritarismo social. Marilena Chaui emprega a palavra mito e não ideologia para se referir à maneira como a não violência é imaginada no Brasil. O termo significa o suporte de ideologias, de modo que ele as fabrica para que possa, simultaneamente, enfrentar as mudanças históricas e negá-las.

Tomamos não apenas no sentido etimológico de narração pública de feitos lendários da comunidade (isto é, no sentido grego da palavra “mythos”), mas também no sentido antropológico, no qual essa narrativa é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade. Se também dizemos mito “fundador” é porque, à maneira de toda “fundatio”, esse mito impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e por isso mesmo não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal. Nesse sentido, falamos em mito também na acepção psicanalítica, ou seja, como impulso à repetição de algo imaginário, que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede lidar com ela (Chaui, 2014: 150-151).

135

A fundação se refere a um momento passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo.

Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo (id., ibid.: 152).

Mesmo sob impacto da violência real, cotidiano, notório, sobremaneira em relação às diferenças étnicas, religiosas e políticas, sociais e sexuais, com repressão policial a mobilizações sociais dessas ditas “minorias”,

É justamente no modo de interpretação da violência que o mito encontra meios para se conservar: ele permanece porque, graças a ele, se pode admitir a existência empírica da violência e pode-se, ao mesmo tempo, fabricar explicações para denegá-la no instante mesmo que é admitida (Chaui, 2011: 346).

Há mecanismos ideológicos de conservação do mito.⁹

⁹ Chaui, 2006: 125-134; 2011: 347-349.

O da exclusão. Afirma-se que a nação brasileira é não violenta e que, se houver violência, esta é praticada por gente que não faz parte da nação (mesmo que tenha nascido e viva no Brasil). Este mecanismo produz a diferença entre um “nós”-brasileiros-não violentos e um “eles”-não-brasileiros-violentos. Produz-se assim a imagem do “nós contra eles”.

O da distinção. Entre o essencial e o accidental. Por essência, os brasileiros não são violentos e, assim, a violência é acidente, um acontecimento efêmero, um “surto” localizado na superfície de um tempo e de um espaço definidos, superável e deixa intacta a essência não violenta. É função do mito admitir que a violência existe, mas assegurando que não possui um laço essencial com a sociedade brasileira porque é praticada por “eles” em momentos passageiros – reprimidos – de “surto”. A nação fica preservada em sua integridade – “nós” não somos “eles” – e em sua estrutura e organização.

O jurídico. A violência fica circunscrita ao campo da delinquência e da criminalidade, crime sempre definido como contra a propriedade privada e nunca contra os direitos humanos. Isso permite determinar que os “agentes violentos” são os índios, os negros, os pobres, as crianças de rua e os favelados e legitimar a ação repressiva da polícia contra “eles”.

O sociológico. A partir do conceito de Durkheim de “anomia” (ausência de norma), o “surto” de violência momentâneo, episódico, decorre de um descompasso entre as instituições existentes e uma situação histórica nova, enfim, entre o arcaico e o moderno. A mitologia apropria-se dessa distinção e distingue violentos e não violentos nesses termos: violentos são os atrasados, ignorantes, incompetentes, que perturbam a ordem social moderna, racional e não violenta. Tem-se a produção de um “eles” determinado, circunscrito à esfera dos “estrangeiros” – imigrantes e migrantes – e dos “obsoletos” – os trabalhadores fabris. Opera-se a lógica do atraso ignorante que se estende aos desprovidos de recursos materiais, a ponto de serem considerados (“eles”) fora do lugar, como um entulho que aglomera nas ruas e nas favelas, ameaçando a segurança dos “legítimos proprietários do espaço invadido”. “Eles” são a gente feia, imunda, analfabeta, sem lei, sem-terra, sem-teto, “inimigos sociais desorganizados”, os

“maus” que precisam ser eliminados para o bem dos demais (“nós”) pelas forças da ordem. Todos são considerados culpados por sua condição.

O histórico ou a produção ativa da amnésia social. É uma história na qual os acontecimentos são recortados e interpretados a partir da perspectiva do vencedor, dono do poder. A história oficial única. A figura do vencido fica reduzida à do revoltoso violento, que precisa ser eliminado fisicamente – por prisão, tortura e morte – e historicamente – pelo silêncio. Essa continuidade da história do vencedor é obtida pela eliminação dos vencidos e com o sentido de supressão da desordem e da ameaça à paz social.

E o da inversão do real. Graças à produção de máscaras que permitem dissimular comportamentos, ideias e valores violentos como se fossem não violentos. Resta da ditadura militar a ideologia do “inimigo interno” da doutrina da segurança nacional. As forças militares e o aparato policial em geral se preparam para uma situação de guerra civil permanente. O outrora oponente político passa agora a ser o migrante, o índio, o negro, a criança de rua, o favelado, o sindicalista, as organizações de luta por direitos, o desempregado, o sem-teto, o sem-terra. “Eles” são o agente violento, ameaçam, noite e dia, o “nós” – a unidade ordeira e pacífica da pátria.

Outros exemplos. O machismo é colocado como proteção natural à fragilidade feminina, proteção que inclui a ideia de que as mulheres precisam ser protegidas de si próprias, numa concepção segundo a qual o estupro é decorrente de um ato feminino de provocação e sedução. O paternalismo branco é visto como proteção para auxiliar a natural inferioridade dos negros. A repressão contra os homossexuais e transexuais é considerada proteção natural aos valores sagrados da família e, agora, da saúde e da vida de todo o gênero humano ameaçado pela Aids, trazida pelos degenerados. A destruição do meio ambiente é vista como sinal de progresso e civilização etc.

O mito permanece em razão da própria estrutura autoritária da sociedade brasileira (Chauí, 2014: 226-232). Esta se configura por relações hierarquizadas a partir do núcleo familiar e estendidas para a sociedade como de mando e obediência – traço do escravismo, e como visto ao longo deste artigo, nas quais o “diferente” é, como condições “naturalizadas”, considerado inferior e passível de repressão; em que há indistinção do privado e do público, também observado aqui; na qual a sociedade auto-

organizada é vista como perigosa para o Estado e para o funcionamento do mercado, vide itens acima; e a grande mídia é monopolizadora da informação, de modo que o “consenso” é confundido com a unanimidade e a discordância é posta como desinformação.

Essa configuração é que particulariza a classe média brasileira, que não só incorpora e propaga ideologicamente as formas autoritárias das relações sociais, como também incorpora e propaga a naturalização e valorização positiva da fragmentação e dispersão socioeconômica, “trazidas pela economia neoliberal e defendidas ideologicamente pelo estímulo ao individualismo competitivo agressivo e ao sucesso a qualquer preço por meio da astúcia, para operar com os procedimentos do mercado” (Chauí, 2016: 20). E é nisto que reside o problema da absorção ideológica da nova classe trabalhadora brasileira pelo imaginário de classe média,

Absorção que atualmente, no Brasil, se manifesta na disputa entre duas formulações ideológicas que enfatizam a individualidade bem-sucedida: a “teologia da prosperidade”, do pentecostalismo, e a “ideologia do empreendedorismo”, da classe média neoliberal (o sonho de virar burguesia) (id., ibid., destaques no original).

138

A grande mídia toma por base essas formulações para propagar o ódio e a negação da alteridade. Se a política é a capacidade humana de criar laços comuns em nome da boa convivência entre todos, o que requer, numa sociedade democrática, defesa de direitos para todos e respeito por cada um, o que se percebe nos meios de comunicação é uma antipolítica, ou seja, a destruição destas potencialidades. Márcia Tiburi chama atenção ao fato de essa destruição ser orquestrada.

A manifestação antipolítica depende de líderes manipuladores (deputados, torturadores, apresentadores de televisão, falsos pastores, pseudojornalistas são vistos nesse papel em nossos dias). Os meios de comunicação têm um papel fundamental nesse processo: a propaganda disfarçada de jornalismo não consegue esconder o seu fascismo, consegue transformar a visão de mundo fascista (de ódio e negação da alteridade) em valor que é louvado por quem nunca pensou em termos ético-políticos e, por isso mesmo, cai na armadilha antipolítica muitas vezes pensando que se tornou o mais politizado dos cidadãos (Tiburi, 2015: 51-52).

Venício de Lima considera como fato mais relevante do ponto de vista da construção da hegemonia política nos últimos anos

A formação de uma linguagem nova, seletiva e específica, com a participação determinante da grande mídia, dentro da qual a maioria dos brasileiros passou a “ver” os réus da ação penal n. 470 e, mais recentemente, da Operação Lava Jato, em particular aqueles ligados ao Partido dos Trabalhadores (Lima, 2015: 108 – destaque no original).

Novas palavras/expressões foram cunhadas, de modo que “mensalão” tido como “um esquema de corrupção” tornou-se “mensalão do PT”, enquanto situações idênticas, anteriores ou atuais, raramente mencionadas, são identificadas pela geografia e não pelo partido – “mensalão mineiro”, por exemplo. Tem-se construído sistematicamente uma associação generalizada, seletiva e deliberada entre corrupção e os governos Lula e o PT, a ponto de “petista” – designação de filiado ao PT – se transformar em equivalente a “corrupto”, “desonesto”, até “comunista”, “subversivo” ou “terrorista” como na acepção de inimigo público da ditadura militar. Associações que indistintamente passaram a se estender a todos progressistas ou aos que tenham posicionamento diverso do padrão midiático, com agressões verbais e físicas a políticos, a artistas e até a transeuntes vestidos com roupa vermelha.

Executivos e empresários ligados a outros partidos políticos, acusados dos mesmos crimes definidos naquela ação penal, são julgados por tribunais diferentes, com direitos diferentes e com penas diferentes. É preciso estar do lado certo da disputa política.

Criou-se um clima político contrário à democracia, de ódio e de recusa intransigente a sequer ouvir qualquer posição diferente, como na mentalidade “ticket”, em que estão juntos na lista a perseguição, o ufanismo, a estética racista, o maniqueísmo, a soberba, o “nós contra eles”.

Clima presente tanto nas manifestações de rua majoritariamente de classe média de 2013 como nas de 2015 contra Dilma, Lula e o PT, com expressões como “meu partido é o meu país”, típica de um nacionalismo fascista, pois contra a mediação institucional, o que fundamenta pedidos de volta da ditadura militar. Não foram diferentes as de 2016, em favor do golpe de Estado – dito impeachment, a derrubada da presidente legitimamente eleita por um processo político baseado em artimanhas

jurídicas num conluio do Parlamento e de uma mídia corporativa a serviço das elites financeiras.

A corrupção, nenhuma novidade na sociedade capitalista brasileira e esquecida nos vínculos sociais cotidianos e empresariais, assim como em relação aos partidos de oposição, é tratada como “cultura” do PT

A luz da sala da corrupção acendeu-se principalmente na hora em que o PT nela entrou. Somando-se a esse quadro, a natureza conciliadora dos governos petistas, a ausência de disputa ideológica e a inação diante do controle da opinião pública avultam a desfiguração do balanço político daí resultante, na medida em que a sociedade se levantou com ódio contra a comprovada corrupção petista, mas não consegue estender seu mesmo ódio aos partidos mais à direita (Mascaro, 2015: 79-80).

Apesar da política neoliberal adotada pelos governos do PT, o discurso reacionário assim propagado busca atingir não só seus protagonistas históricos, mas também os que se beneficiam e apoiam algumas conquistas sociais por ele patrocinados – o Bolsa Família é chamado de assistencialismo e de estratégia eleitoreira – e que digam respeito às ditas “minorias” objeto de preconceito e estereotipadas pelos mecanismos ideológicos de manutenção do mito fundador na sociedade autoritária brasileira.

140

A grande mídia desqualifica sistematicamente a política e os políticos para se legitimar como única instituição intermediária entre a população e o espaço público, com boicote das instituições representativas clássicas da democracia representativa – associações, sindicatos, partidos políticos.

A grande mídia/empresas, monopolizadora da informação, atua em conjunto com o Estado. Essa fusão, do ponto de vista econômico, releva o fato de que a mídia é composta por empresas privadas, mesmo que a partir de concessões estatais, como no Brasil. É evidente que, pelo já exposto, os proprietários dos conglomerados midiáticos são suporte do capital, e em esfera global, conforme fusões e aquisições de companhias de jornalismo e entretenimento e o investimento de grupos proprietários de bancos – capital financeiro, por exemplo, para adquirir mundo afora jornais, revistas, portais de internet etc.

As representações ou imagens espetaculares – ideologia – aparecem desprovidas de localização, por certo que se localizam nos centros emissores da comunicação, suporte do capital. A ideologia é que escamoteia essa realidade, torna não localizado no capital o poder econômico que aparece localizado nos proprietários das empresas de mídia; escamoteia também a relação destes com agentes do Estado.

Um elemento fundamental na atual conjuntura em relação a essa fusão, base de existência do poder espetacular integrado, é o funcionamento arbitrário do poder judiciário, principalmente no que diz respeito a processos com implicações políticas, pois mecanismos do autoritarismo típico passam a existir e conviver dentro da rotina democrática. Há uma “judicialização da política”. A articulação grande mídia/poder judiciário ocorre a ponto de haver uma seleção de quais veículos, tendo em vista as suas linhas editoriais, serão destinatários do “vazamento” das informações sobre os processos em andamento, até de atos que deveriam ser sigilosos.

Funda-se numa identidade de classe média.

O conhecimento jurídico autorreferenciado dos juristas não é distinto de uma visão geral de mundo correspondente à classe. O campo jurídico é estruturado por uma gama de agentes quase sempre de classe média. Suas balizas de mundo são as mesmas de seus conviventes – status, símbolos, níveis e focos de consumo, valores e compreensões. Em particular, juristas, como médicos e outros profissionais de classe média, são atravessados pelo discurso moralista dos meios de comunicação de massa de um modo muito mais sensível (id., ibid.: 83-84).

141

Há uma mesma visão de mundo.

O jurista é afetado diretamente por pautas, valores, interpretações e horizontes daquilo que é notícia. Inclusive também porque sua informação sobre os fatos é, via de regra, a mesma informação dos meios de comunicação de massa. Nem mesmo o jurista que opera mais na base dos fatos concretos – como o do mundo policial ou do Ministério Público – consegue acesso maior ou distinto aos fatos; mesmo que o consiga, não resiste em sua leitura à interpretação bombástica da imprensa e do espetáculo correspondente à narrativa desses mesmos fatos (id., ibid.: 88).

Há uma dupla vertente dessa imbricação ideológica: a incorporação de tal conjunção como prática política do jurista – um caso jurídico tem mais peso e ganha

ares de importância quando a imprensa o anuncia; a captura do mundo jurídico e judiciário pelos meios de comunicação de massa.

Como tantas outras áreas, a política da informação jurídica na atualidade é constituída por uma imbricação entre afazer jurídico e interesse dos meios de comunicação de massa. Lutas progressistas precisam, portanto, vencer duas barreiras: do interesse dos juristas e a do interesse dos órgãos da imprensa, as quais se prestam quase sempre a mesmos fins (id., *ibid.*: 89).

Considerações Finais

A garantia do devido processo legal demanda um tempo que a mídia não tem. Esta precisa produzir a informação de modo quase instantâneo, cuja pressão no sistema jurídico sempre interfere na lisura da apuração, no direito de defesa, na razoabilidade de tempo que o processo exige. A fusão apontada é mais uma forma de se praticar violência, não bastassem as formas já estruturalmente existentes na sociedade brasileira. Para que a mídia e o poder judiciário possam exercer com eficácia os seus papéis no Estado Democrático de Direito é preciso fiscalização e denúncia de seus atos abusivos, com participação ampla da sociedade.

142

Crê-se que o autoritarismo é um fenômeno político referido ao regime de governo exclusivamente ditatorial, ocultando que ele é estrutural no capitalismo, implicado com a indústria cultural, componente do poder espetacular integrado e modo de ser e de se organizar da própria sociedade brasileira.

O método dialético, ao priorizar a práxis humana numa situação social e histórica concreta, examina a alienação como um processo característico da sociedade capitalista, resultante da própria atividade material dos homens quando esta se separa deles, quando não podem controlá-la e são ameaçados e governados por ela. A transformação dessa realidade resultará de um processo em que a prática dos homens seja diferente para que suas ideias sejam diferentes.

Referências

- ADORNO, Theodor. W. Estudios sobre la personalidad autoritaria. In: **Escritos sociológicos II**, v. 1 – Obra completa, 9/1. Madrid: Ediciones Akal, 2009.
- _____. Sobre a relação entre sociologia e psicologia. In: *Ensaio sobre Psicologia Social e Psicanálise*. São Paulo: Editora Unesp, 2015a, pp. 71-135.
- _____. Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. In: *Ensaio sobre Psicologia Social e Psicanálise*. São Paulo: Editora Unesp, 2015b, pp. 153-189.
- _____; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder**. Uma análise da mídia. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- _____. **Cultura e Democracia**: o discurso competente e outras falas. 13. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. In: **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. 2. ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014, pp. 147-237.
- _____. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. In: JINKINGS, I., DORIA, K., CLETO, M. (orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise. São Paulo: Boitempo, 2016.
- COELHO, Cláudio. N. P. **Publicidade: é possível escapar?** São Paulo: Paulus, 2003.
- _____. **Teoria Crítica e Sociedade do Espetáculo**. Jundiaí, São Paulo: Editora In House, 2014.
- _____. Jornalismo e política na contemporaneidade: teoria crítica e poder espetacular integrado. In: COELHO, C.; KÜNSCH, D.; MENEZES, J.E. (Orgs.). **Jornalismo e contemporaneidade**: um olhar crítico. São Paulo: Plêiade, 2015, pp. 75-91.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DUARTE, Rodrigo. Notas sobre modernidade e sujeito na Dialética do esclarecimento. In: **Adornos**: nove ensaios sobre o filósofo frankfurtiano. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997, pp. 45-63.

- _____. **Teoria crítica da indústria cultural**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. V. 1. 8. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- _____. **Cadernos do cárcere**. V. 2. 2. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. **Cadernos do cárcere**. V. 3. 7. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 5. ed. – São Paulo: Loyola, 2014.
- HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- KEHL, Maria. R. O espetáculo como meio de subjetivação. In: BUCCI, E.; KEHL, M. R. **Videologias**. São Paulo: Boitempo, 2004, pp. 43-62.
- LIMA, Venício. A. A direita e os meios de comunicação. In: VELASCO, S. C.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (Orgs.). **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, pp. 91-113.
- LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**. Estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro primeiro: o processo de produção do capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.v. 1.
- _____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão popular, 2009.
- MASCARO, Alysson. L. Crise brasileira e direito. In: *Margem Esquerda*, v. 25, 2015, p. 66-91.
- MATOS, Olgária. **Contemporaneidades**. São Paulo: Lazuli Editora: Companhia Editora Nacional, 2009.
- TIBURI, Márcia. **Como conversar com um fascista**. Reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro. Rio de Janeiro: Record, 2015.